



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**BIANKA MARLETE MACHADO TEIXEIRA**

**AVALIAÇÃO, INSTRUMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICA A SER PENSADO**

Florianópolis

2014

Bianka Marlete Machado Teixeira

**AVALIAÇÃO, INSTRUMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICA A SER PENSADO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil como pré-requisito para a obtenção do grau de especialista.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Adair Agostinho

Florianópolis

2014

Bianka Marlete Machado

## **TÍTULO DO TRABALHO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Infantil, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, setembro de 2014.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Soraya Franzoni Conde  
Coordenadora do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil

### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kátia Adair Agostinho

---

Membro:  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel Barbosa

---

Membro:  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Ingrid Bragagnolo

---

Suplente:  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Batista

*Dedico a escrita deste trabalho em especial ao  
meu marido e filho que estou carregando em meu  
ventre...*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a Deus, que me concedeu a graça de estar viva e poder desfrutar tudo de bom que esta vida pode oferecer;

A meus pais, que sempre me incentivaram a estudar e sempre me deram muito carinho, amor e atenção;

A meu marido que sempre esteve ao meu lado me dando amor, me compreendendo, dando força e me estimulando a não desistir;

Ao meu filho que ainda nem nasceu, mas já enche meu coração de alegria e amor, sentimentos que fazem esta vida ter sentido;

Aos meus familiares e amigos que me proporcionaram muitas alegrias, que intercalavam com os momentos de tensão e escrita deste TCC;

Em especial a minha orientadora, que carinhosamente chamo de Katinha, pois sempre me ajudou, me guiou com muita responsabilidade e parceria que foram imprescindíveis neste processo;

Às professoras Raquel e Regina que participaram de minha banca, e que foram super delicadas e atenciosas ao tecerem considerações que me ajudaram ainda mais na escrita deste trabalho;

E por último, não menos importante, aos meus colegas de turma, trabalho, professores, coordenação do curso, que colaboraram com discussões, trocas de experiência e reflexões sobre a prática e teoria pedagógica.

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral refletir, repensar e qualificar os conhecimentos a cerca da avaliação como instrumento pedagógico, focando nos documentos oficiais para compreender qual sua funcionalidade, intencionalidade e importância na educação infantil. Para atingir este objetivo, inicialmente foi realizada uma busca de alguns estudos que se dedicaram a temática, realizando um diálogo com as teorias na tentativa de compreender qual o papel e importância da avaliação para o fazer pedagógico do professor de Educação Infantil, seguido do levantamento dos trabalhos sobre a avaliação do GT7 da Anped de 2004 a 2013 e por fim, foi feito um levantamento das concepções sobre a avaliação nos documentos oficiais da Educação Infantil no país. Pensando na avaliação como um instrumento que nos possibilita refletir sobre as propostas pedagógicas e o modo como cada criança se envolve com as mesmas, dando maior visibilidade ao processo, com o foco não apenas na criança, mas sim em tudo que foi feito e pensado com e para ela, e que permite descrever os avanços, desafios e conquistas durante todo percurso pedagógico. A partir do estudo foi possível perceber algumas características que delineiam e perpassam a escrita da avaliação. Ela é um instrumento da prática pedagógica que não é neutro, pois revela concepções de criança, infância e se entrecruzam com todo cenário educativo. Possui ainda uma indissociabilidade com os outros instrumentos pedagógicos: observação, registro, planejamento, em que um depende do outro e necessitam ser feitos diária e sistematicamente para que o objetivo da avaliação se cumpra. Ressalta-se a importância de um encaminhamento coletivo, pautado e orientado pelos documentos oficiais, que possuem concepções em suas entrelinhas a serem interpretadas pela unidade de educação e não pelos indivíduos isoladamente. Alerta-se para o caráter formativo da avaliação, que coaduna-se a participação das crianças neste momento, pois elas tem muito a nos dizer sobre o que pensam e como agem. O estudo ainda minimamente nos revela uma ligação entre avaliação *da* e *na* educação Infantil, mencionada por alguns dos autores com os quais dialogamos.

**Palavras-chave:** Avaliação, Educação Infantil e Ação Pedagógica

## **ABSTRACT**

This study had as general objective to reflect, rethink and qualify knowledge about evaluation as a pedagogical tool, focusing on official documents to understand what their functionality, intentionality and significance in early childhood education. To achieve this goal, originally a search of some studies that have dedicated the theme was performed by conducting a dialogue with the theories in an attempt to understand the role and importance of evaluation to make teaching professor of Early Childhood Education, followed by the survey of work on the evaluation of the GT7 Anped 2004-2013 and finally, a survey was made of the conceptions of the evaluation in official documents in Early Childhood Education in the country. Thinking about evaluation as a tool that enables us to reflect on the pedagogical proposals and how each child engages with them, giving greater visibility to the process, with the focus not only on the child, but in all that was done and thought with and for her, and that allows to describe the progress, challenges and achievements throughout pedagogical route. From the study it was revealed some characteristics that delineate and permeate the writing assessment. It is an instrument of pedagogic practice that is not neutral, as it reveals conceptions child, childhood and intersect with any educational setting. It also has a inseparability with other pedagogical tools: observation, recording, planning, in which one depends on the other and need to be done daily and systematically for the purpose of the evaluation is accomplished. We stress the importance of a collective, guided and guided by official documents, which have concepts in their routing lines to be interpreted by the education unit and not by individuals alone. Alert to the formative nature of the evaluation, which is consistent participation of children now, because they have much to tell us about what they think and how they act. The study also reveals a minimally connection between assessment and education Children, mentioned by some of the authors with whom we dialogue.

**Keywords: rating, Early Childhood Education and Teaching Action**

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>TECENDO OS CAMINHOS INICIAIS: RELAÇÕES COM A PRÁTICA.....</b>	<b>9</b>
1.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS:.....	14
<b>2.</b>	<b>APROFUNDANDO SABERES SOBRE O QUE É AVALIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>16</b>
<b>3.</b>	<b>LEVANTAMENTO DAS CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM A AVALIAÇÃO .</b>	<b>26</b>
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES DESTE ESTUDO .....</b>	<b>35</b>
<b>5.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>37</b>



## 1. TECENDO OS CAMINHOS INICIAIS: RELAÇÕES COM A PRÁTICA

Este estudo teve como objetivo geral refletir, repensar e qualificar os conhecimentos a cerca da avaliação como instrumento pedagógico, focando nos documentos oficiais para compreender qual sua funcionalidade, intencionalidade e importância na educação infantil.

E especificamente objetivou:

- Aprofundar a compreensão sobre avaliação como instrumento importante da prática pedagógica;

- Compreender qual o papel da avaliação para o fazer pedagógico do professor de Educação Infantil;

- Realizar o levantamento das concepções sobre a avaliação nos documentos oficiais nacionais da Educação Infantil.

Com o intuito inicial de responder aos seguintes questionamentos: Qual a importância deste instrumento para à prática pedagógica? De que forma a avaliação vem sendo pensada nas práticas pedagógicas nas unidades de educação infantil na Rede Municipal de Florianópolis? Que bases teóricas sustentam a sua realização? O que é previsto nas diretrizes nacionais para a educação do país com relação a avaliação?

Tendo em vista que a especificidade da docência na Educação Infantil nos remete a diversas atribuições e muitos objetivos a serem atingidos, compreendo a necessidade do recorte temático para à iniciação da pesquisa, por isso resolvi me aproximar ao máximo de minha prática pedagógica e perceber quais as lacunas deixadas em minha pequena trajetória como professora e em especial em minha formação. Foram muitas as lacunas, mas busquei focar na temática da avaliação, pois aos poucos fui percebendo que avaliar é uma especificidade do nosso trabalho docente, com a qual eu me deparei e senti grande dificuldade em desenvolver, talvez por falhas em minha formação, orientação ou até mesmo falta de experiência.

Deste modo, para traçar meus objetivos e escolher a temática a ser estudada, procurei focar em questionamentos que me inquietaram e estavam mais latentes em mim neste ano em que atuei como professora de Educação Infantil. Questionamentos, estes, que advém de poucas experiências na educação e que aparecerão em relatos a seguir.

Comecei a observar meu trabalho e dos meus colegas e notei que existem diferentes tipos de avaliação e que por trás delas estão implícitas concepções de criança, infância e aprendizagens diferenciadas que vão de encontro e se esbarram no processo de escrita da

mesma. Para ilustrar essas diferentes concepções, prefiro inicialmente me aproximar da minha própria experiência, que é onde eu encontro motivos para percorrer e delinear este estudo.

Minha primeira experiência de trabalho foi em uma unidade de educação infantil particular de Florianópolis. Nesta eu desempenhava a função de auxiliar de sala e no momento de escrever a avaliação individual das crianças era necessário ajudar a professora neste processo. Fiquei lá por quatro anos, sendo que em três destes, eu ainda frequentava a faculdade.

E mesmo estudando, lendo sobre assuntos relacionados a educação infantil, tinha alguns pontos que me inquietavam durante o processo de escrita, como por exemplo, quando minha coordenadora falava que eu teria que conhecer a faixa etária com a qual eu estava trabalhando para então saber o que se deve esperar daquela criança desta maneira iria avaliar se a criança atingiu ou não os objetivos daquela faixa etária. Eu não discordava do encaminhamento. Porém, refletindo hoje sobre essa condução me remeto a ideia do quanto os processos de avaliação são conduzidos por uma concepção teórica.

Na perspectiva vivida avaliar se a criança atingiu ou não os objetivos de uma faixa etária, estava ancorada numa perspectiva de desenvolvimento que “cada etapa corresponde um comportamento preciso e dessa relação pontual é que são forjados os critérios de "normalidade" e de "bom andamento" do próprio desenvolvimento.” (SOUZA e PEREIRA, 1998, p.5).

Posteriormente fui agregando as contribuições de Vigotsky e seus colaboradores que,

Com a Teoria Histórico-Cultural, aprendemos a perceber que cada criança aprende a ser um ser humano. O que a natureza lhe provê no nascimento é condição necessária, mas não basta para mover seu desenvolvimento. É preciso se apropriar da experiência humana criada e acumulada ao longo da história da sociedade. Apenas na relação social com parceiros mais experientes, as novas gerações internalizam e se apropriam das funções psíquicas tipicamente humanas – da fala, do pensamento, do controle sobre a própria vontade, da imaginação, da função simbólica da consciência –, e formam e desenvolvem sua inteligência e sua personalidade. Esse processo – denominado processo de humanização – é, portanto, um processo de educação (LEONTIEV, 1978 apud MELLO, 2007, p. 88).

Neste sentido, diferentes concepções de aprendizagem foram se chocando e ao mesmo tempo se entrelaçando em mim, e isso dificultava o meu processo de escrita da avaliação. Eu me perguntava: Avaliar era apenas perceber se a criança atingiu ou não os objetivos de uma determinada fase? Ou era mais que isso, perceber quais as conquistas das crianças, e pensar, o que eu, como adulto mais experiente, posso fazer pra que ela alcance níveis mais elevados e se desenvolva?

Se estas diferentes concepções me perpassaram, acredito que isto não deve acontecer apenas comigo e, por isso, quero compreender quais concepções sustentam a escrita desta documentação, sendo que estamos falando de uma rede de ensino com muitos profissionais que se tecem professores diferentemente e singularmente e acabam por “beber” de fontes variadas, o que influencia na escrita desta documentação do trabalho pedagógico.

No ano de 2013 assumi como professora ACT na Rede Municipal de Florianópolis, onde também me deparei com a avaliação. Só que desta vez eu era a principal responsável por avaliar, e neste momento o nervosismo e a insegurança tomaram conta de mim, parecia que um “bicho de sete cabeças” se aproximava quando chegava o final do semestre. Mas tive que enfrentá-lo, então, busquei me ater aquilo que eu acreditava e havia estudado durante os anos de graduação.

No momento de avaliar, tomava a avaliação como um instrumento de trabalho que me permitia relatar as vivências mais significativas das crianças no espaço da creche, tendo como foco, sua inserção na unidade, suas preferências, relação com o outro, brincadeiras preferidas, personalidade, entre outros aspectos que permitiam perceber como era esta criança e também me auxiliavam para ações futuras. Através das observações e registros feitos ao longo do semestre eu me baseava para escrever a avaliação e poderia planejar algo para que aquela criança pudesse se desenvolver e aprender.

Neste sentido, vejo que a avaliação é um instrumento e uma das especificidades da docência que compõe o trabalho do professor de educação infantil. Por isso, me proponho aprofundar esta temática, que penso ser de suma importância para à prática pedagógica, pois, a avaliação é essencial para compreender e refletir sobre a prática e trabalho pedagógico junto as crianças e encaminhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. De acordo com o DCNEI (2009):

A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. Espera-se, a partir disso, que o professor possa pesquisar quais elementos estão contribuindo, ou dificultando, as possibilidades de expressão da criança, sua aprendizagem e desenvolvimento, e então fortalecer, ou modificar, a situação, de modo a efetivar o Projeto Político-Pedagógico de cada instituição. (p.14).

Contudo, em minha pequena trajetória como professora, vim percebendo, além da importância da avaliação como uma documentação que caracteriza a aprendizagem e os processos percorridos pela criança nesta etapa da educação básica. Mais que isso, é um instrumento que narra o processo educativo vivido não só pelas crianças, mas pelos adultos também e é através dela que podemos refletir o trabalho pedagógico e direcioná-lo na tentativa de qualificar as vivências e aprendizagens dos que ali estão. Porém, vejo que da forma como ela é feita, pensada e analisada muitos objetivos e qualidade se perdem.

Diante disto, aponto a seguir algumas hipóteses, que penso serem as principais causas das dificuldades diante deste instrumento pedagógico. Saliento ainda, que fui encontrando estes motivos aproximando-me do meu fazer pedagógico. Antes mesmo de ser professora, já sabia que uma das tarefas que me caberia era fazer avaliação, porém, tive poucas orientações, durante minha formação, sobre como e o que avaliar. Aos poucos através de leitura, trocas de experiências, reflexões sobre o meu fazer, fui adensando um modo mais consistente de desenvolvê-la.

Mas vi que isto não era o suficiente, pois, não bastava eu ter o meu jeito de escrever e avaliar, se a avaliação é uma documentação que narra o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança e direciona o processo educativo como um todo, aponta os desafios, as conquistas, as vivências e muito mais. Todos os profissionais da educação deveriam ter formação para compreender o que e como se avalia.

Assim, vi que as demandas diárias da creche e do núcleo de educação infantil nos quais trabalhei, a análise e leitura deste instrumento da ação pedagógica são deixadas para segundo plano. Isso muito me inquietou, pois, não eram feitas orientações para qualificar minha escrita, cada um fazia de um jeito e tudo estava bom. Por estes motivos, quero aqui tentar compreender: Qual o objetivo da avaliação para Rede Municipal de Florianópolis? Para que esta documentação é produzida? Existem responsáveis por avaliar a qualidade deste documento? Neste sentido, acredito que a estratégia de avaliação encaminhada precisa ser avaliada, mesmo sendo redundante.

Pois, se pensamos na avaliação como um instrumento de trabalho, todos profissionais da Educação deveriam saber desenvolvê-la. Aqui faço uma analogia, para compreender a relevância deste, um professor não saber avaliar e como se um médico não soubesse usar um bisturi. E para fazer uso deste é necessário estudar, ler e aprimorar sua feitura e estratégias de desenvolvimento.

Saliento que não deveria existir uma receita sobre como fazer, mas ter pontos elencados sobre o que é avaliar, para que os objetivos de uma avaliação sejam claros e atingidos por todos, principalmente dentro de uma rede de ensino. Vejo a necessidade de uma coerência.

Por este motivo, pretendo em minha pesquisa compreender se estes objetivos existem, me focando nos documentos oficiais e na bibliografia produzida pela área, na tentativa de refletir e repensar este instrumento que pertence a uma de nossas tantas especificidades docentes.

Nesta perspectiva, penso que dentro de uma rede é necessária que exista uma intencionalidade e coerência teórica no processo de escrita e, pensando na avaliação como um registro dos avanços, desafios, desenvolvimento e aprendizagens vivenciadas por todos os sujeitos que fazem parte do processo pedagógico, seria interessante que existisse uma continuidade nesse sentido, entre todas as etapas da educação básica, até porque estamos falando de uma mesma criança, talvez assim, poderíamos falar de educação que vise a inteireza da criança como a LDB prevê “Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Complementando os aspectos atribuídos para a avaliação na Educação Infantil a Diretrizes Curriculares nos apontam em seu artigo 10 que “as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação.”

Dentro do exposto, a avaliação se configura como um instrumento de trabalho utilizado para narrar o desenvolvimento e aprendizagem da criança e mais permite compreender os caminhos percorridos durante este processo e refletir sobre estes, para então direcionar e/ou qualificar as vivências pedagógicas. É também uma documentação que é entregue as famílias para que elas conheçam o trabalho que é desenvolvido na educação infantil.

Para tanto, é necessário um diálogo dentro de uma rede de ensino para que este instrumento tenha uma coerência entre si, principalmente as bases teóricas que impulsionam a escrita da avaliação. Mas para que isso aconteça, muitos aspectos precisam ser levados em conta: pensar sobre que bases essas avaliações estão sendo escritas, se existe formação suficiente direcionada a esta temática, quem são os responsáveis por articular e traçar os

objetivos da avaliação, o que garante que estas avaliações sejam bem escritas, entre outros pontos que serão encontrados durante a pesquisa, que implicam na qualidade desta documentação.

### 1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS:

Para delinear e dar forma a minha pesquisa inicialmente me propus a refletir sobre minha própria prática tendo como foco o meu fazer pedagógico na elaboração e escrita da avaliação. Sendo assim, busquei transcrever e tecer minhas inquietações iniciais sobre a temática estudada na introdução para iniciar e impulsionar este trabalho, partindo do que está mais próximo a mim, minha própria prática.

No segundo capítulo busco aprofundar qual o papel da avaliação e que lugar ela deve ocupar no trabalho pedagógico do professor, pela importância de compreender sua função e intencionalidade da prática pedagógica junto as vivências das crianças na educação infantil. Neste momento, para dar mais densidade ao trabalho foi feito um levantamento dos trabalhos relacionados a temática avaliação realizados nos últimos dez anos de 2004 a 2013 nas reuniões do GT7 da ANPED. Este procedimento foi pensado após a leitura da dissertação de Senhorinha de Jesus Pit Paz (2005), que em sua pesquisa apontou para a pouca produção acadêmica sobre a temática avaliação nas reuniões, neste sentido, pensou-se em atualizar os dados e verificar o que tem sido estudado nos últimos anos sobre avaliação e perceber quais avanços e desafios que se colocam para os estudos e produções atuais. Para tanto, foi utilizada a palavra chave Avaliação, nos títulos e resumos dos trabalhos.

Posteriormente, no terceiro capítulo, procurei recorrer aos documentos oficiais produzidos, a cerca da temática, para então relatar um pouco sobre as contribuições e descrições que estes tecem sobre avaliação. Com o objetivo de qualificar e entender ainda mais o papel deste instrumento de trabalho do professor. Buscou-se ainda apreender as bases teóricas que delineiam a construção e elaboração da avaliação.

Ao longo desta escrita e estudo, foi possível fazer o entrecruzamento de minhas experiências com a teoria, a fim de responder aos meus questionamentos e qualificá-los. Esta etapa exigiu eleger alguns documentos oficiais para análise, são eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394 de 1996 (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Documento produzido pelo MEC em 2012 intitulado “Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação”, Diretrizes Educacionais

Pedagógicas da Prefeitura Municipal de Florianópolis 2010 e as Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis - Estratégia de ação pedagógica 2012. Destes documentos foi realizado o levantamento das concepções sobre a avaliação que os mesmos apresentam.

Vislumbrando que esta pesquisa possa servir para que docentes percebam a importância desta especificidade para o trabalho pedagógico junto às crianças. E para que me permita refletir e mergulhar no meu fazer pedagógico tentando aprimorar os meus saberes e encarar os meus não saberes, que são os que impulsionam este estudo.

## 2. APROFUNDANDO SABERES SOBRE O QUE É AVALIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Para compreender o que é avaliação foi necessário ir à busca de conhecimentos teóricos e refletir minha prática pedagógica com foco neste elemento constituidor da docência, para então conseguir discorrer e perceber qual lugar este instrumento ocupa no trabalho pedagógico do professor de Educação Infantil.

Como já comentei em momentos anteriores, não é possível avaliar sem estar conectada a algumas concepções, são elas que nos movem e constituem como profissionais. Tanto as posturas que tomamos, em determinadas situações pedagógicas, quanto o próprio jeito de escrever, mesmo sem percebermos, nossas falas e atitudes estão calcadas em nossas concepções. Articulo meu pensamento apoiada em Senhorinha, que em sua pesquisa no alerta dizendo que:

a avaliação não é uma atividade neutra, é uma ação que se coloca como necessária em qualquer ação educativa, porém estão presentes nessa atividade, implícita ou explicitamente, uma concepção de criança, uma concepção de infância, uma concepção de desenvolvimento e uma concepção de educação e de sociedade. Avaliar pode constituir-se num exercício de poder autoritário, o poder de julgar. Ao contrário, pode constituir-se em um processo em que avaliador e avaliado buscam e sofrem uma mudança qualitativa, daí o seu caráter político. (PAZ, 2005, p. 19).

Neste sentido, sendo a avaliação um instrumento político e não neutro, precisa estar comprometida com uma coerência teórica que a sustente e ser o mais ética possível, pois, quem está na posição de avaliado torna-se suscetível a opinião alheia,

A avaliação é por sua natureza uma atividade política. Ela serve aos tomadores de decisão, resulta em alocação e realocação de recursos e legitima quem obtém o quê. Está intimamente implicada na distribuição de bens sociais. É mais do que reafirmação de ideias, é mecanismo social de distribuição [...] A avaliação não deve ser apenas verdadeira; ela deve ser justa [...] e justiça prevê um importante padrão pelo qual a avaliação deve ser julgada (HOUSE, 1980, p.121 apud ROSEMBERG, 2013 p.59).

Sendo assim, na educação o ato de avaliar ocupa um lugar fundamental no trabalho pedagógico do professor de educação infantil, pois é ele, que direciona as ações junto às crianças, e não só ela é avaliada, mas todos os processos vividos pelos sujeitos que ali estão. O professor deve manter-se atento e comprometido com o princípio ético. “A questão ética refere-se a eventuais etiquetagens, de estigmatização, de construção de profecias referentes às



crianças avaliadas que se autorrealizam.” (ROSEMBERG, 2013, p. 54), evitando que encaminhamentos como estes citados pela autora ocorram em suas práticas.

Voltando a dialogar com Senhorinha, no trecho a seguir, ela nos fala sobre uma concepção de avaliação que adotou-se para esta pesquisa, que vai ao encontro desta perspectiva ética que se espera da avaliação com crianças pequenas:

Quando se trata do trabalho com crianças pequenas, acrescenta-se um desafio a mais. Tradicionalmente a prática comum é privilegiar apenas o olhar do adulto, considerando que a criança não possui competência para analisar e dizer coisas importantes sobre a prática desenvolvida com ela. (PAZ, 2005, p. 20).

O ponto de vista levantado pela autora, e o qual orienta as discussões tecidas no decorrer desta escrita, nos revela que as crianças não só devem ser avaliadas, mas, também nos apontam elementos importantes a serem considerados nos possíveis caminhos e direcionamentos para o processo educativo. É uma relação de troca que constrói e dá sentido ao processo avaliativo, ou seja, ao avaliar o foco não deve ser apenas a criança, mas todo percurso metodológico e pedagógico enfrentado e vivenciado, é importante trazer as contribuições das crianças para o realizar, contando com o olhar das crianças para analisar e dizer coisas importantes sobre a prática desenvolvida com elas.

Esta perspectiva tem por base que a infância é uma construção social e a de que as crianças não são apenas reprodutoras daquilo que observam do mundo dos adultos, além disso, elas se apropriam, recriam e reinventam colocando seus próprios traços deixando suas marcas e contribuindo para o desenvolvimento humano. Pois tudo que é criado ao longo da história vai sendo modificado e a criança também deixa seus legados. Neste sentido a importância de coloca-los como participantes ativos do processo avaliativo, pois, sendo atores deste cenário, nada mais justo que dar voz a todos que ali estão, isso faz com que a construção da avaliação seja ética e política, pois, permite que todos se coloquem e se expressem na tentativa de melhor encaminhar o trabalho pedagógico.

Davini (1997) nos fala que a “avaliação é muito ampla, inesgotável”. Partindo desse pressuposto, “avaliamos as mudanças, a participação, o conteúdo, a rotina, o produto e o processo, o exercício da autoridade, as derrapadas autoritárias, os saltos no pensar, as emoções, o desejo... (p.31), com o papel de refletir, repensar e acompanhar todo processo. Para realizar a amplidão de tarefas que se colocam para a avaliação, vemos a importância de nos remetermos à observação e ao registro, que estão intrinsecamente ligados a este instrumento da prática pedagógica. Faz-se necessário considerar a contribuição da observação

e o registro, outros instrumentos da prática pedagógica, para o processo de avaliação, tendo em vista que eles iniciam e complementam a sua elaboração. Todos esses instrumentos, ou se preferirmos ferramentas da ação pedagógica, estão intrinsecamente ligados e precisam estar bem estruturados, para dar conta de acompanhar e relatar ao máximo as vivências pedagógicas que acontecem no cotidiano da educação infantil, aliados à documentação.

É através das observações e registros sistemáticos que conseguimos acompanhar o desenvolvimento tanto da criança quanto do trabalho pedagógico. Porém, percebo que estas duas práticas que complementam a avaliação, por vezes não acontecem ou são feitas de forma que não dão conta de relatar e acompanhar os desafios e conquistas vivenciados por todos, como nos ressalta o trecho a seguir:

É comum reduzirmos os registros de avaliação aquele relatório descritivo de cada criança. Relatório esse que, inclusive, cria uma aura de ansiedade nos professores a cada período que precisa ser elaborado (provavelmente resquícios ainda presentes em nossas unidades de educação infantil, daquela prática de avaliação que mais se assemelha à prestação de contas para os pais e controle dos professores). Não é esse o registro que nos referimos. O registro desse percurso nos possibilita documentar os processos vividos para todos os atores envolvidos no processo (criança, professores, pais e gestores) possibilitando a participação mais ampliada de todos na construção do projeto pedagógico da instituição. (FERREIRA, 2013 p.33).

Neste contexto existe uma relação de troca que é fundamental. Um aprende com o outro. Mesmo o professor, como adulto mais experiente, está se relacionando com o outro, e também aprende e se desenvolve neste processo. Existe a interação entre criança/criança e criança/adulto e como Senhorinha nos salienta é uma via de mão dupla, é na relação com o outro que aprendemos e nos desenvolvemos. E é este o objetivo da avaliação, encontrar formas diferenciadas para conduzir o processo pedagógico da melhor maneira, onde todos possam crescer e aprender.

Nessa perspectiva de avaliação não se concebe a figura do educador como o único detentor do conhecimento. Pelo contrário, ele também passa ser um aprendiz nesse processo, pois, na medida que conhece as crianças também passa a adquirir novos conhecimentos. Se a educação exercida na instituição de educação infantil tiver uma via de mão dupla, os espaços de educação e de cuidado serão locais de muita aprendizagem. A criança que tem na figura do adulto uma complexidade a aprender, um experiente colaborador interessado em ajudá-las no intrincado percurso de apropriação da cultura e de constituição de suas identidades. (PAZ, 2005, p. 27).

Por isso, vamos minimamente refletir sobre os dois instrumentos, observação e registro, na tentativa de compreender a importância destes para a avaliação, e perceber que

um complementa o outro, bem como a necessidade de estarem bem estruturados para atingir os objetivos que se pretende com cada um.

Partirei para esse aprofundamento aproximando-me do meu fazer pedagógico. Percebo o quão grande é a dificuldade de observar e principalmente registrar os caminhos percorridos e todo processo. Pontuo aqui alguns fatores que me levam fazer esta afirmação. Sou professora, por vezes vejo que meus registros são meramente descritivos, acabam sendo apenas para o controle do andamento pedagógico a maior parte destes registros e focam apenas naquilo que foi feito para criança, e não como ela se envolveu na proposta propriamente e o que foi pensado para qualificar o trabalho junto a ela. No entanto, não atribuo isso apenas a minha pouca experiência e falta de instrução e acompanhamento durante a sua construção.

Além disso, o tempo que temos para registrar não é apropriado e suficiente, acabam ultrapassando os momentos que nos encontramos no espaço de trabalho e para dar conta de fazê-lo, ele passa a ser apenas descritivo, deixando os pequenos e importantes detalhes em segundo plano. O que hoje percebo, acaba prejudicando e não dando suporte para a escrita da avaliação, pois, as crianças tem muito a nos dizer.

Então, questiono: Como fazer uma avaliação da e para criança sem ouvi-la, prestar atenção, observá-la estar sensível aos seus gestos, falas e desejos? O trecho a seguir nos salienta sobre a importância de observar e registrar para o processo de construção da avaliação. Segundo as Estratégias de Ação:

O exercício da observação e da escuta das crianças e suas experiências remete diretamente à necessidade do registro de diversas situações do cotidiano pedagógico. Uma primeira razão, para registrarmos tais situações, está na necessidade de construir uma memória, uma documentação de situações e informações importantes para ação educativa, pois não é fácil rememorar situações ocorridas em instituições de educação coletiva, onde crianças pequenas estabelecem relações com o mundo de modo simultâneo e plural, cujo a participação corporal, gestual, cognitiva, motora, emocional e afetiva se dá de forma indissociável. Outra razão para registrarmos, encontra-se no fato dos registros serem fundamentais para a construção do planejamento e de ações intencionais nos contextos de educação infantil, assim como sua *avaliação permanente*. Então, observar e registrar, de forma contínua e sistemática, possibilita a ampliação dos conhecimentos sobre as crianças com as quais atuamos e as suas experiências e, ao organizarmos, refletirmos e analisarmos os registros realizados produzimos um conjunto de materiais que contribui, significativamente para avaliar o proposto, planejar e replanejar as experiências educativas a serem propostas e as formas de organização dos espaços, dos tempos e dos materiais. (FLORIANÓPOLIS-SME, 2012, p. 234 Grifo nosso).

Podemos perceber a importância que ganha para a avaliação a prática sistemática da observação e do registro, assim teremos uma prática de avaliação permanente, que nos subsidiará com os conhecimentos acerca das crianças e suas formas próprias de se envolver com o proposto por nós e estarmos atentos às suas contribuições.

Temos de ter em atenção que o registro escrito não é a única forma de relatar as vivências e propostas. As fotos, desenhos, gravações, também são importantes ferramentas de registro que nos relatam e nos sinalizam os desafios, avanços e conquistas das crianças e do trabalho pedagógico. Parto também das orientações curriculares que nos afirmam que:

observação constante e crítica de cada criança, de grupos de crianças, de suas brincadeiras e interações diversas no cotidiano, e a produção de múltiplos registros (relatórios, fotografias, álbuns etc.) e produções das crianças (seus gestos, movimentos, explorações e descobertas, modos de expressão e comunicação, brincadeiras, desenhos, esculturas, escritas, pinturas etc.), ao longo de sua permanência na instituição, são condições fundamentais para compreendermos como as crianças agem, sentem e pensam (FLORIANÓPOLIS-SME, 2012, p. 235).

Para tanto, é necessário ter um olhar sensível a todas as manifestações das crianças, o registro também precisa ser ético e fiel às situações que ocorrem no processo educativo, pois é ele que vai subsidiar a escrita da avaliação. Quanto mais detalhes aparecem no registro mais rico e aproveitável ele será. Um registro bem estruturado permite analisar, refletir e pensar ações futuras para qualificar o trabalho junto à criança.

O registro é um documento produzido diariamente, onde descrevemos as situações observadas no cotidiano com intuito de refletir permanentemente sobre o percurso realizado e planejar ações intencionais. A observação e o registro precisam contemplar as diversas situações ocorridas *nos espaços internos e externos* da instituição, como *a entrada e saída das crianças, os momentos de alimentação, de brincadeiras, de sono, de higiene, de Educação Física, de desenhar, de pintar, de esculpir, de cantar e dançar, de ouvir e ler histórias, de escrever, de movimentar-se, entre tantos outros*. Mas, o registro diário não precisa contemplar todas as experiências vividas por todas as crianças, isso seria impossível. A cada dia devemos eleger determinadas situações, merecedoras de nossa reflexão, que enfoquem as relações entre as crianças, entre crianças e adultos e a relação com as propostas apresentadas. (FLORIANÓPOLIS-SME, 2012, p.236. Grifos do autor).

Refletindo a cerca dos registros, percebo que por vezes prevalece apenas seu caráter descritivo, onde só se conta e relata o que foi feito sem o objetivo de reflexão. Ficam os relatos pelos relatos e parece que nada se acrescenta com intuito de evoluir, o que torna estes registros apenas informativos e não reflexivos. Quando na verdade, cada ação, vivência e proposta podem ser pensadas e analisadas com outro olhar, distante da situação, em outro

momento, de forma mais reflexiva, na perspectiva de ampliar e enriquecer o repertório de todos que fazem parte do processo educativo.

Neste sentido o registro na educação infantil tem um papel fundamental, é como se fosse um diário que tem como objetivo registrar os acontecimentos e momentos vivenciados na jornada educativa, podendo-se depois retornar a ele e avaliar tudo que foi feito, conversando consigo mesmo e planejando ações posteriores que possam enriquecer o repertório dos que ali estão de forma significativa e pautada em elementos concretos. Ou seja, ao se registrar a avaliação já está acontecendo, pois o registro não tem apenas o caráter descritivo, mas também o avaliativo, que possibilita olhar para o que já foi vivenciado, pensar e replanejar ações futuras que possam enriquecer e ampliar o repertório pedagógico. Sendo assim, percebe-se que a observação e os registros são ferramentas fundamentais, que antecedem a escrita da avaliação e qualificam a sua escrita, pois, além de descreverem o ocorrido, permitem a reflexão para aperfeiçoar as ações pedagógicas e conseqüentemente auxiliar no desenvolvimento de cada criança, assim como conhecê-las.

Afirma-se então, que quando a observação e os registros são feitos com propriedade e com objetivo reflexivo e analítico, a avaliação torna-se menos complexa, pois, para escrever a avaliação é preciso voltar aos registros e perceber o que foi feito durante todo processo para ampliar as experiências e auxiliar no desenvolvimento das crianças, perceber quais os avanços, conquistas e desafios foram e estão sendo lançados para ela e quem está participando do seu crescimento.

Diante disto, para avaliar torna-se imprescindível o olhar e a escuta. O olhar e escuta, orientam o ato de avaliar. A função da avaliação é conhecer a criança, captar em seus gestos e falas, motivos e brechas que possam contribuir para o desenvolvimento integral dessa criança. E ao fazer isso ela é justa e ética no sentido de acompanhar a criança, observá-la para agir melhor, direcionar as ações e para assim cuidar efetivamente do seu desenvolvimento, aprendizagem e educação. Neste sentido, não só a criança está sendo avaliada, mas todo o cenário educativo que eu, como professor, proporciono e ofereço a ela, para assim redirecionar meu planejamento, percebendo novas possibilidades e estratégias de ação.

Na educação infantil, a avaliação cumpre o importante papel de oferecer elementos para que os professores conheçam melhor as crianças com as quais trabalham, suas características pessoais e grupais, suas emoções, reações, desejos, interesses e modos pelos quais vão se apropriando da cultura na qual estão inseridas, transformando-a. (MICARELLO, 2010, p.1).

No entanto, estes dois momentos são ações que permeiam o dia-a-dia de qualquer pessoa, mas no trabalho pedagógico o exercício do olhar e da escuta são feitos intencionalmente, o que é diferente, pois, quando algo é feito com intenção existe um propósito e motivo que guia aquela ação. O trecho a seguir colabora com nossa compreensão do que é avaliar na prática pedagógica:

Assim como acontece nas situações da vida cotidiana, na prática profissional de professores e professoras, a avaliação deve cumprir o importante papel de oferecer subsídios para ações futuras. Entretanto, diferentemente do que acontece no dia a dia, em que avaliamos de forma quase intuitiva, avaliar a prática pedagógica é um ato intencional, por isso precisa ser cuidadosamente planejado e orientado por critérios. Quando isso não acontece e a avaliação é compreendida como uma tarefa com um fim em si mesma — atribuir notas ou conceitos ao desempenho dos estudantes com o objetivo de promovê-los ou não a etapas posteriores de escolarização, por exemplo —, essa concepção estreita, classificatória e sentenciadora de avaliação empobrece a prática profissional dos docentes, porque seus resultados não são utilizados para reorientar suas ações e contribuir para o sucesso do trabalho. Empobrece também a experiência de crianças e jovens, porque uma avaliação classificatória não permite que os próprios sujeitos compreendam de que modo estão aprendendo e se desenvolvendo. (MICARELLO, 2010, p.1).

Quando a autora nos aponta que avaliar é um ato intencional, e que precisa ser planejado e orientado por critérios, nos orienta que tem que ser algo feito com objetivo e algo que seja direcionado e reflexivo. Em um processo avaliativo intencional pressupõe-se que as vivências ofereçam desafios, sejam significativas e contextualizadas, coerentes com as concepções teóricas que se aponta como princípio orientador, possibilite a reflexão e replanejamento dos caminhos percorridos, traçar metas, revelar, o que se pretende com cada ação, para então no momento de escrever a avaliação ter os avanços, conquistas e desafios destacados e perceber se os objetivos iniciais que motivaram e orientaram o trabalho junto as crianças foram atingidos. Quando estes aspectos estão presentes no processo, ele o torna intencional, pensado o quê, pra quê e pra quem? Três questionamentos simples, mas que tramam especificidades do trabalho pedagógico do professor.

Mais uma característica que se coloca para a avaliação, é que ela é um instrumento que permite o contato entre a instituição de educação e a família, é uma ponte que permite estreitamento de comunicação entre ambos. O que mostra também seu caráter informativo, que permite que a família esteja informada, e de certa forma participante, sobre o desenvolvimento de seus filhos, mesmo nos momentos em que ela não está presente. Esta função da avaliação é fundamental, tendo em vista que a creche compartilha a educação e o cuidado da criança com a família, e então a avaliação é uma das formas que permite uma

relação de parceria e confiança entre ambas, aspecto fundamental para contribuir e garantir o desenvolvimento integral da criança, que é o que se espera na educação infantil. Hilda Micarello nos fala sobre a importância deste instrumento como via de comunicação:

A avaliação tem também a importante função de contribuir para que os laços dos professores e da escola com as famílias sejam estreitados e para que todos aqueles que trabalham com as crianças, em diferentes momentos de suas trajetórias nas instituições, troquem informações, visando ao bem-estar, conforto e segurança dos pequenos. (MICARELLO, 2010, p.1).

Quanto ao ponto aqui levantado, é importante salientar que não é feito com objetivo de controle, mas com função de, como todo processo avaliativo, melhor encaminhar e acompanhar o desenvolvimento do trabalho. É uma das maneiras de informar e manter uma relação de parceria e confiança entre família e instituição, pensando como a autora nos fala, no bem-estar das crianças.

Diante disto, para atualizar e aprimorar os conhecimentos sobre avaliação fez-se o levantamento das produções que se dedicaram sobre a temática deste estudo nos trabalhos do GT7 da Anped de 2004 a 2013. Perspectivamos anteriormente que adviria daí muitos contributos, tendo em vista que Senhorinha havia realizado o estudo que mapeou o mesmo levantamento nos dez anos anteriores de 1993 a 2003, quando encontrou uma baixa produção em torno desta temática, apenas três trabalhos acadêmicos. Levantamos então a hipótese de que encontraríamos muitos, ou pelo menos alguns estudos que cercassem a temática, encarando que sua pesquisa tivesse, além de contribuído com conhecimentos esclarecedores e que aprofundam a compreensão sobre avaliação como instrumento importante da prática pedagógica, servido como um alerta para impulsionar novos estudos, pois, em sua pesquisa constatou uma baixa produção.

Para realização deste levantamento foi utilizada a palavra chave Avaliação. Procuramos sua presença nos títulos e resumos dos trabalhos apresentados. Mas ao nos embrenharmos no levantamento nos surpreendemos que nos dez anos seguintes ao estudo da pesquisadora, quando então já havia mapeado o fosso as ausência de estudos sobre avaliação, apareceu apenas um trabalho voltado à temática, ressaltado o fato que o levantamento aqui realizado ateu-se ao GT7. Que razões explicam tal ausência e essa irrisória produção?

O trabalho foi encontrado na Reunião 35<sup>a</sup>, no ano 2012, realizado por Vanessa Ferraz Almeida Neves, da Universidade Federal de Minas Gerais, o título dado ao trabalho: “Avaliação na educação infantil: algumas reflexões”. Inicialmente refere-se criticamente a um teste psicológico adotado pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro para

avaliar aspectos individuais relacionados a cinco áreas: coordenação motora fina, coordenação motora ampla, comunicação, resolução de problemas e habilidades pessoal e social. Teste este aplicado apenas internamente para detectar atrasos no desenvolvimento infantil. A pesquisadora no decorrer de seu trabalho, com argumentos plausíveis que vão ao encontro das concepções até então aqui apresentadas e discutidas, diz que este tipo de teste além de tomar um padrão normativo de excelência de desenvolvimento, desconsideram o contexto cultural que elas estão inseridas. Não consideram ou legitimam as variações culturais, reiterando uma concepção de criança abstrata e ideal, o que não favorece uma reflexão acerca da criança como sujeito social e torna-se um instrumento que controla e limita as práticas institucionais (NEVES, 2012). E que não dão conta de registrar e avaliar os processos vivenciados na sua inteireza, e focam apenas nas crianças.

Deste modo, a pesquisadora ressalta sobre a importância de avançar nas discussões sobre os processos de avaliação interna das instituições de educação infantil. Para tanto, descreve brevemente o que dizem alguns documentos nacionais que norteiam a avaliação, menciona também o trabalho de Paz (2005), e tece sua discussão contrapondo-se à aplicação de questionários. A pesquisadora cita o Referencial Curricular que diz:

não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas. Isso significa dizer que a expectativa em relação à aprendizagem da criança deve estar sempre vinculada às oportunidades e experiências que foram oferecidas a ela (NEVES apud RCNEI, vol.2, p. 65 e 66).

Outro objetivo principal do trabalho foi acompanhar o processo de passagem de um grupo de crianças para o ensino fundamental, com o intuito de saber como e, *quando, com quais objetivos e com quais consequências* a escola e a professora avaliavam as crianças. Foram encontrados três tipos de avaliação: as rodas de conversa com as crianças, avaliações individuais e relatórios individuais. Apenas no primeiro a criança aparece na figura de avaliador junto ao professor, nos outros dois ela é a avaliada. Sendo que as avaliações individuais acontecem duas vezes ao ano, quando a criança é retirada do contexto vivido e passa por alguns questionamentos e “testes” que a professora espera que a criança tenha alcançado. Os dois primeiros momentos de avaliação auxiliam o professor a escrever os relatórios individuais que são entregues como forma de comunicação às famílias, mas a pesquisadora nos revela que:

Essas avaliações serviram como forma de acompanhar o desenvolvimento da turma e também orientaram a prática educativa da professora. Por outro lado, as avaliações individuais das crianças revelaram uma preocupação da



professora em relação à sistematização dos processos de ensino e aprendizagem na turma. Entretanto, tal preocupação não foi retomada em sua prática educativa ao longo do ano. (NEVES, 2005 p. 14).

Através deste trabalho, foi possível perceber com a realidade pesquisada que muitos aspectos da avaliação precisam ser discutidos e que os documentos nacionais e trabalhos acadêmicos contribuem para esta reflexão. No entanto, a avaliação precisa acontecer em todas as etapas do trabalho pedagógico e envolver a criança, para garantir um processo no qual ela seja avaliada em todos os seus aspectos, entendendo a criança como um sujeito social e de direitos.

O trabalho de Neves alerta para as formas de avaliação que desconsideram esta concepção de criança. Muitas vezes sabemos o que queremos e esperamos de determinada criança, mas o que temos feito para garantir que ela alcance estes níveis de exigência? Temos nossas intencionalidades pedagógicas, mas nelas precisamos estar atentos a todo processo de desenvolvimento e propiciar momentos de desafios, avanços e conquistas.

### 3. LEVANTAMENTO DAS CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM A AVALIAÇÃO

Neste capítulo, pretende-se ter uma visão das concepções presentes nos documentos oficiais que orientam a avaliação no país. Para o realizar foi necessário fazer uma leitura mais aprofundada dos documentos eleitos, para melhor compreender os objetivos esperados para avaliação. Então, pensou-se em partir do macro para o micro, analisar primeiramente os documentos nacionais para depois conhecer os municipais. Os documentos escolhidos foram: LDB, DCNEI, Documento 2012 do MEC sobre avaliação e as Diretrizes Educacionais Pedagógicas para Educação infantil - estratégias pertinentes à ação pedagógica, 2010 e as Orientações Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis 2012.

Inicialmente temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394 de 1996, LDB, que nos apresenta algumas características que compõe a Educação Infantil no Brasil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Ao remeter a finalidade da educação infantil ao desenvolvimento integral da criança, coaduna-se com a nossa perspectiva do reconhecimento da inteireza da criança e da necessidade que o processo educativo esteja pautado em todas as dimensões do humano.

A LDB é alterada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ao dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. No seu art. 31 apresenta algumas preposições que organizam o trabalho na Educação Infantil e de modo bem direto e objetivo, fala sobre como deve se dar a avaliação na educação infantil em duas alíneas. Na primeira:

I- avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Nesta nos fala sobre acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças. Este ponto nos remete ao registro, uma das tantas ferramentas da ação pedagógica, que contorna as especificidades da docência e que está intimamente ligado ao processo avaliativo. Como já percebemos através deste estudo, ele precisa acontecer diariamente para que possa efetivamente acompanhar o processo, envolvimento e desenvolvimento da criança.

A tentativa é a de aprofundar os sentidos das orientações, dialogando com os documentos escolhidos, para que possamos perceber que trazem consigo um significado e objetivo a serem atingidos, há necessidade de reflexão, pois, nas entrelinhas muitas coisas são ditas e revelam o que os documentos esperam da avaliação.

Neste sentido, o documento exige que o registro seja feito, entretanto, quando ele não é realizado de maneira sistemática o objetivo da avaliação não se cumpre. Ela passa a ser uma documentação ou registro que é escrito apenas para cumprir com a tarefa de avaliar e expedir um documento ao final do semestre e que não dá conta de relatar os processos vividos pela criança, e acaba por focar somente nela. E quando nos referimos ao processo, o foco está em tudo o que foi proposto e realizado com e para ela.

Assim, a LDB contribui com pontos importantes que caracterizam a avaliação na Educação Infantil, porém, pode nos colocar em paradoxo, pois ao mesmo tempo em que recebemos um importante indicativo deste documento, nos deparamos com as condições objetivas que recaem e influenciam a nossa forma de fazê-lo: as concepções que me compõem e me tecem como professora ligadas também a postura pessoal, o tempo cronológico e psicológico que me disponho a realizar esta tarefa, a forma como eu a faço, entre tantos outros desafios e embates que incidem sobre o processo de avaliar.

Ainda a alínea I, especificamente, ressalva uma diferenciação entre o ensino fundamental e educação infantil, colocando a avaliação do ponto de vista do desenvolvimento da criança e não como um instrumento de controle ou seleção. Em contra partida, na segunda, a alínea V, determina:

V- expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança

Nesta alínea da lei referida, ao exigir a expedição de documentação, que para ser realizada na perspectiva do processo, necessita dar conta de acompanhar e registrar diariamente o envolvimento das crianças em todas as relações estabelecidas no espaço educativo, acompanhando seu desenvolvimento integral. Para não nos depararmos com um novo paradoxo, onde atesta e expede um documento que controla o comportamento da criança em um determinado momento, de forma fragmentada sem levar em conta o que a alínea I nos aponta em sua entrelinha.

Outro documento importante são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), que se articulam com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. As DCNEI, de caráter mandatório, reúnem princípios, fundamentos e

procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientam as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares. Teve a sua primeira versão em 1999 e foi ampliada em 2009.

A DCNEI, no seu 10º artigo, prevê que as instituições de Educação Infantil criem procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças. Deste modo, garante autonomia para que as creches e pré-escolas possam pensar os encaminhamentos dessa ferramenta pedagógica, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação das crianças.

Ao exigir que as instituições, creches e pré-escolas criem os procedimentos para acompanhar o trabalho pedagógico e avaliar o desenvolvimento das crianças coloca os seguintes dilemas: de um lado é importante e desejado, porque faz com que os profissionais tenham autonomia para pensarem que estratégias e de que forma elas serão utilizadas, permitindo uma reflexão contínua e encontrando melhores encaminhamentos para avaliar e direcionar o trabalho pedagógico, tendo em vista que avaliar é um ciclo sem fim. Por outro lado, essa responsabilidade de escolha, quando torna-se individualizada, sem reflexão ou sem o apoio nas unidades de educação infantil, pode incorrer no risco de cada um fazer conforme suas interpretações e concepções, o que por muitas vezes descaracteriza a especificidade do trabalho docente.

Com isso, no processo avaliativo, rumos diferenciados são traçados, pois, como já vimos no capítulo anterior, a avaliação não é um instrumento neutro, o modo como cada profissional a utiliza e a faz, mesmo existindo documentos que norteiem seu uso, acabam sendo diferentes.

Portanto é necessário que seja pensada coletivamente por cada unidade, traçado seus caminhos nos PPP das unidades, para que não se torne algo individual e coloque este processo tão importante sob responsabilidade apenas de cada profissional individualizado, mas uma postura que a unidade em si assuma, defendendo seus princípios pautados nos documentos que norteiam a construção deste processo. Desta forma, em partes, garante-se uma postura ética orientada por documentos e leis, que possibilitam a autonomia e legitimam esta ferramenta pedagógica.

Neste sentido, penso que um dos grandes desafios é buscarmos por mais formação e lutar para que existam políticas de investimento em estudos para minimamente dar início a superação da falta de formação. Aqui encontra-se um grande embate da educação, a avaliação

*da* e *na* educação infantil<sup>1</sup>, estas duas dimensões da avaliação vão de encontro e estão imbricados, pois uma depende da outra para melhoramento das condições de trabalho. É necessário investimento em estudos em todos os âmbitos da Educação Infantil e aqui me atendo às políticas relacionadas a avaliação, considerando que os campos a serem estudadas são vastos. Os documentos e leis estão postos, porém, exigem mais formação para interpretação e materialização do que os mesmos propõem. E mais todas as condições objetivas adversas, tempo, disponibilidade, concepções pedagógicas que, como já vimos, influenciam e nos colocam em constante paradoxo.

No entanto também precisamos fazer a crítica, procurar compreender em que medida somos os responsáveis, não no sentido de acharmos os culpados, mas sim de assumir esta como uma de nossas tarefas, perceber a indissociabilidade do registro e avaliação, encontrar os nossos não saberes e buscar fazer deles o impulso em querer saber mais, tornar coletivo, junto aos colegas de trabalho e coordenação, os desafios e conquistas com intuito de colaborar na construção do PPP, documentação que caracteriza também esta ferramenta em cada unidade, expondo objetivos e concepções que a compõem.

Ainda nas Diretrizes, são indicados possíveis caminhos para melhor articular a construção do processo avaliativo com intuito de garantir:

- I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

---

<sup>1</sup> Segundo Didonet (s.d, p1) as preposições “na” e “da” distinguem dois objetos e dois contextos da avaliação. “A avaliação *na* educação infantil se refere àquela feita internamente no processo educativo, focada nas crianças enquanto sujeitos e coautoras de seu desenvolvimento. Seu âmbito é o microambiente, o acontecer pedagógico e o efeito que gera sobre as crianças. A avaliação *da* educação infantil toma esse fenômeno sociocultural (“a educação nos primeiros cinco anos de vida em estabelecimentos próprios, com intencionalidade educacional, formalizada num projeto político-pedagógico ou numa proposta pedagógica”), visando a responder se e quanto ele atende à sua finalidade, a seus objetivos e às diretrizes que definem sua identidade. Essa questão implica perguntar-se sobre quem o realiza, o espaço em que ele se realiza e suas relações com o meio sociocultural. [...] interroga a oferta que é feita às crianças, confrontando-a com parâmetros e indicadores de qualidade.

Estes pontos elencados nas DCNEI nos permitem refletir mais a fundo os objetivos perspectivados para avaliação. Primeiramente propõe a observação crítica e criativa das atividades, brincadeiras e interações das crianças, aspecto fundamental para avaliar. Isto significa ter a criança como centro do processo avaliativo, mas no sentido de observá-la curiosamente e refletir sobre o significado de cada momento vivenciado e pensado com e para ela. Avaliá-la não apenas para dizer se a mesma fez ou não, é ou não capaz, mas também, para pensar e refletir melhores estratégias de aprendizagem e desenvolvimento, com a intenção de melhorar o fazer pedagógico.

Assim, a observação crítica e criativa, sistemática, dos modos pelos quais as crianças vivem o cotidiano educativo nos dará o contributo fundamental de conhecê-las, bem como seu envolvimento nas propostas, trazendo subsídios para a compreensão do docente quanto aos territórios de saberes e experiências que necessitam ser propostos.

Entretanto, isto não é algo simples, pois, como já vimos no decorrer deste estudo a avaliação é um instrumento que não é neutro, existem por trás concepções e ideais que permeiam nossas ações e ao fazê-las é necessário ser ético, despir-se de qualquer preconceito e ideal, limpar o olhar, estar sensível às manifestações dos sujeitos que ali estão, pois, avaliação não é sinônimo de julgamento ou comparação, pelo contrário, é o momento de refletir, repensar e conhecer. O que não é fácil! Por isso, acredito que a formação é fundamental, precisamos a todo tempo estar nos inteirando e agregando conhecimentos para melhor utilizar os instrumentos da prática pedagógica, este é o grande desafio.

O segundo ponto nos indica a importância de utilizar variados instrumentos durante o processo avaliativo, tendo a participação tanto dos adultos quanto das crianças. Isto nos revela que todos são atores e partes deste processo e que as crianças apesar de tão pequeninas, também têm muito a nos dizerem sobre seu próprio desenvolvimento, mas, para que na prática isso aconteça, o olhar, agir e pensar do professor mais experiente precisa estar direcionado para essa perspectiva, de que a criança é um sujeito de direitos, que produz e reproduz cultura.

E mais, a utilização de diferentes instrumentos orienta que a avaliação não acontece apenas na entrega dos relatórios semestrais, mas é todo processo, desde a observação e planejamento até o registro, que se dá através de atividades, relatórios, fotografias, gravações, portfólios, etc. O que a qualifica também, no sentido de ampliar o escopo dos modos de apresentar e dar visibilidade à avaliação, apostando em diferentes linguagens e formas de a comunicar, agregando o contributos através de linguagens mais sensíveis e estéticas.

Estes registros e instrumentos variados, de certa forma subsidiam o terceiro ponto que é garantir a *continuidade dos processos de aprendizagens nos momentos de transição*, e neste sentido as DCNEI sugerem a *criação de estratégias adequadas* para este acompanhamento. Aqui vários desafios se colocam às transições a que se referem as Diretrizes, elas são muitas: casa/instituição de educação infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/ensino fundamental, e colocam a tarefa de serem pensadas estratégias de diálogo e comunicação entre os adultos responsáveis pela educação das crianças, considerando a importância de serem respeitados aos diferentes momentos vividos por cada criança.

Mas isso, apesar de positivo por garantir autonomia de cada um encontrar suas próprias estratégias, novamente torna-se arriscado, porque para escolher estes instrumentos é necessário antes de mais nada, conhecer as crianças, suas realidades, ou seja, observar critica e criativamente as atividades, as brincadeiras e interações no cotidiano entre elas e com o espaço a sua volta, como nos é salientado no item I. Desta forma a infância é encarada como uma construção social, e torna-se claro qual concepção que move e norteia o projeto educativo.

Além disso, para garantir que a avaliação seja processual, falando de uma rede que é o objetivo deste trabalho, pensar nesse recorte, seria fundamental que todos os profissionais encontrassem uma maneira de pensar princípios orientadores da avaliação com bases próximas e que pudessem ter acesso aos documentos produzidos sobre a mesma criança, para compreender a criança de forma integral. Outra vez, caímos na importância da formação voltada para perspectiva de um olhar reflexivo, articulador de melhores estratégias pedagógicas e na importância dos professores utilizarem e realizarem efetivamente as ferramentas da ação pedagógica. Existem estes documentos maiores que precisam ser estudados e interpretados por todos.

O quarto ponto nos faz pensar na avaliação como um instrumento de contato e informação às famílias do trabalho que é desenvolvido no interior da unidade de educação infantil. Ponto este fundamental, que nos faz pensar na escrita dos registros, relatórios diários, semanais, mensais e/ou semestrais que orientam nossa prática e são entregues a elas. E para atingir seu objetivo, que é conhecer e ter acesso aos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança, este precisa estar acontecendo antes mesmo de ser entregue, pois, há necessidade de que todo caminho percorrido até então seja compartilhado com as famílias, mas não no sentido de cobrança ou cumprimento de normas e sim como uma forma de

informar as mesmas sobre conquistas e desafios que possam ser compartilhados e em parceria qualificados. Aqui se coloca a importância comunicativa desse instrumento e sua necessária clareza, com a possibilidade de ser enriquecido com registros imagéticos.

Após a LDB, as unidades de educação infantil, deixam de ser apenas um espaço de guarda e cuidados das crianças, mas também um espaço responsável pela educação das crianças. Então, a avaliação neste sentido, torna-se uma documentação fundamental para relatar este comprometimento de educar e cuidar.

O último ponto nos alerta para a não retenção das crianças nesta etapa da educação básica. Isto é fato, porém, poderíamos discutir esta pequena linha em alguns capítulos, pois, percebe-se em suas entrelinhas que muito aspectos políticos estão embutidos principalmente no que se refere à financiamento, acesso e permanência. Mas este não é o objetivo principal deste estudo, porém, entende-se que este fato enquadra-se também nas políticas de avaliação *da* Educação Infantil.

No entanto atém-se aqui às reflexões levantadas sobre a avaliação *na* Educação Infantil e o que nos faz refletir é que se avaliar não é sinônimo de julgamento, mas é um processo com avanços, desafios, conquistas, um momento de possíveis melhoras, abertura de novos horizontes para as experiências e o desenvolvimento da criança e aprimoramento do trabalho pedagógico, esta questão garante, ou pelo menos deveria, que em todas as etapas da educação básica, sejam construídas e pensadas estratégias adequadas para sua avaliação e a todo tempo seu desenvolvimento estaria sendo acompanhado e aperfeiçoado, por isso, a não retenção. Isto é o que se pretende, porém, fica o questionamento se em outras etapas da educação básica a avaliação possui os mesmos princípios e objetivos norteadores que garantam a não retenção da criança em determinada etapa. Pois, nas diretrizes também está previsto a continuidade dos processos de aprendizagens nos momentos de transição vividos pela criança.

Muitas questões são levantadas em torno desta temática e interrogam nossas práticas. Mas ao ler e estudar sobre ela, fui atrás do maior número de documentos que permitissem uma maior compreensão do que se espera da avaliação como instrumento pedagógico e encontrei um documento produzido pelo MEC que descreve subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. E nele encontram-se preposições esclarecedoras desta sistematização, questões que não parecem novidadeiras, porém, mais esmiuçadas e com palavras claras.



A LDB e as DCNEI, com caráter mandatório, nos elucidam para planejamento de estratégias de acompanhamento adequadas e sem objetivo de promoção e este documento criado por um grupo de estudo especifica minimamente como esta construção pode ou deveria acontecer, o segmento escolhido realça a importância do registro e das observações para a avaliação, penso ser importante trazê-lo, pois isto reafirma aquilo que havíamos falado de forma sutil no capítulo anterior, só que agora posto em um documento:

Nesse sentido, as observações e registros devem ser contextualizados, isto é, tomando as crianças concretas, em suas histórias de vida, seus ambientes sociais e culturais e co-construtoras de um processo dinâmico e complexo de desenvolvimento pessoal e social. Variados devem ser os registros, tais como a escrita, a gravação de falas, diálogos, fotografias, vídeos, os trabalhos das crianças etc. As professoras anotam, por exemplo, o que observam, as impressões e ideias que têm sobre acontecimentos; descrevem o envolvimento das crianças nas atividades, as iniciativas, as interações entre as crianças etc. E usam esses registros para refletir e tirar conclusões visando aperfeiçoar a prática pedagógica. (BRASIL-MEC, 2012, p. 14).

Isso já é avaliação e é parte integrante deste processo. Para maior entendimento opto por fazer uma analogia. É como um quebra cabeça em que as peças vão se encaixando e nenhuma pode ficar de fora, caso contrário a figura não se forma e fica incompleto. Sendo assim, todas as peças são fundamentais, como o trecho a seguir reafirma:

Além disso, as crianças devem ser envolvidas na avaliação das atividades, bem como nos registros. São matéria desse registro tanto as ações das crianças como as da professora. O objetivo da avaliação é melhorar a forma de mediação do professor para que o processo de aprendizagem alcance níveis sempre mais elevados. (BRASIL-MEC, 2012, p. 14).

Como já previsto nas Diretrizes, todos devem fazer parte do processo avaliativo. O que está em jogo é tanto o melhoramento das estratégias pedagógicas como o desenvolvimento da criança, mas como nos orienta este documento do MEC, “a avaliação será sempre da criança em relação a si mesma e não comparativamente com as outras crianças” (p. 14), com o objetivo de captar o desenvolvimento, conquistas e desafios que se colocam para etapas posteriores.

Neste sentido, avaliar passa a ter um caráter formativo, na perspectiva de melhor encaminhar o trabalho pedagógico processualmente, acompanhando cada avanço, conquista, desafio e obstáculo, não só com o foco na criança, mas em tudo que foi feito e pensado com e para ela. Como nos reafirma as Diretrizes Educacionais Pedagógicas para Educação Infantil (2010), para conseguirmos assegurar este acompanhamento cotidiano, utilizar-se e apropriar-se da observação, registro e avaliação é fundamental, sendo que:

Os processos de avaliação estão intimamente imbricados aos processos de planejamento das ações educativas levadas a efeito no cotidiano da educação infantil. Esta deverá ser formativa, ou seja, realizada ao longo do processo visando aperfeiçoá-lo – não sendo conveniente o seu uso para rotular, enquadrar, emitir juízo, comparar, quantificar, julgar ou prestar contas para alguém, ou, ainda, para constatação de problemas. (FLORIANÓPOLIS-SME, 2010, p.29).

Ainda salientando a importância e correlação entre o registro, observação, planejamento e avaliação. As orientações curriculares da Rede Municipal de Florianópolis, reafirmam ainda mais sobre o papel de acompanhamento dos processos vividos, através de todas estas documentações pedagógicas, dizendo:

É a observação e o registro que darão elementos para a continuidade dos processos de planejamento e preposições de experiências às crianças. Deste modo, o próprio planejamento deve prever como será feito o registro, quem medirá de modo mais atento as experiências das crianças e quem ficará no lugar de observadora e mediadora, pois é praticamente impossível ocupar um único lugar. Retomar os registros para avaliar as experiências é fundamental, só assim será possível dar continuidade as preposições. (FLORIANÓPOLIS-SME, 2012, p. 241).

À luz destes documentos é possível perceber que existe um objetivo que norteia e embasa a concepção de avaliação esperada para Educação Infantil no Brasil e na Prefeitura de Florianópolis, no entanto, mesmo que estas concepções alimentem as discussões sobre avaliação no interior das Unidades de Educação Infantil, viu-se também que a autonomia que os documentos permitem para cada unidade criar suas próprias estratégias para avaliar, autonomia essa desejada mas que exige atenção e a instauração de um conjunto de práticas de reflexão e estudo nos deixando nesse paradoxo que parece não ter fim. Mas, cada creche e pré-escola precisa estar aberta a discutir, estudar e atualizar seus conhecimentos, afim de minimamente garantir e atingir os objetivos expostos nos documentos que possuem um caráter mandatório e condutor de toda uma rede de ensino.

#### 4. CONSIDERAÇÕES DESTE ESTUDO

Após tantos questionamentos e reflexões, pretende-se aqui registrar de forma breve, o que foi sendo pensado no decorrer desta pesquisa, levantando os pontos e discussões principais que teceram a construção deste trabalho.

A avaliação não é neutra, nela estão articulados as concepções de infância, criança, desenvolvimento em todo um cenário educativo que norteiam o olhar e a escrita de quem o faz. Por isso vê-se a necessidade de ética e comprometimento para transcrever as situações do processo educativo, pois estamos falando de crianças, que tornam-se vulneráveis a opinião do adulto. E na perspectiva até então defendida, a criança deve ser respeitada.

Outro elemento constitutivo da avaliação é a sua indissociabilidade, a sua íntima relação, com a observação, planejamento, registro e documentação. Um instrumento não existe sem o outro, realizados sistematicamente e diariamente facilitam a feitura da avaliação.

A realização da avaliação aparece neste trabalho como uma documentação que é feita e pensada processual e diariamente, não é um instrumento que é usado independentemente dos demais, é um momento que faz parte de um ciclo que permite ao professor olhar sua própria prática, refletir e traçar possíveis caminhos direcionando seu trabalho pedagógico, além de possibilitar conhecer cada criança através de suas ações, avanços, conquistas e desafios que se colocam durante todo o processo. Isso mostra o caráter formativo da avaliação.

As dificuldades em registrar e observar por parte dos profissionais, percebidas em minha própria prática, que encontram limites em contemplar os objetivos a serem atingidos pela avaliação ao escrevê-la, precisam ser enfrentadas. Os registros muitas vezes são feitos para cumprimento de protocolo e sua real função é deixada de lado. Ainda precisamos aprofundar a compreensão sobre os registros e torná-los mais efetivos, éticos e concretos, para qualificar a avaliação.

Ainda pude observar que os documentos e leis que são mandatórios possuem concepções nas suas entrelinhas que precisam ser interpretadas coletivamente, para que se torne uma postura coerente a ser seguida, pois, eles dão autonomia às instituições de Educação Infantil, mas precisam estar presentes no Projeto Político Pedagógico de cada uma. O uso desta ferramenta não pode ser individualizado e sim pensado junto a comunidade educativa, tendo claro quais os princípios que guiarão a sua execução.

Finalmente, pude perceber que avaliação *da* Educação Infantil incide sobre a avaliação *na* educação infantil, pois é necessário políticas de avaliação que percebam os limites, dificuldades e desafios da educação infantil, para então mudar os processos vividos dentro das unidades. Através de minha pesquisa percebo que as duas temáticas estão imbricadas e uma é reflexo da outra. Vejo ainda que é necessário políticas públicas que viabilizem formação voltados para tal temática, visto que nos últimos dez anos analisando os estudos da ANPED apenas um trabalho foi encontrado sobre a avaliação, neste sentido, percebo que existem lacunas em nossa formação, por isso a dificuldade e falta de coerência com relação as bases teóricas utilizadas no momento da escrita desta documentação. Também as lacunas e embates teóricos vividos nos momentos de pesquisa.

Outro indicativo que encontramos no decorrer deste trabalho foi a importância da participação da criança no momento de avaliar, pois na perspectiva aqui defendida as crianças têm muito a nos dizer sobre como elas pensam e agem. Seja falando e expondo sua opinião ou mesmo através de suas atitudes. E quando nos disponibilizamos e estamos dispostos a exercitar nosso olhar sensível, flexível, crítico e criativo, podemos perceber, refletir e direcionar as ações pedagógicas, pensando na criança como ela realmente é, concreta e humana.

Mas como todo trabalho não se finda, algumas perguntas instigam a busca por mais conhecimento. Como pude encontrar nos documentos oficiais, a avaliação possui caráter formativo, que busca garantir a continuidade dos processos de transição de cada criança. Pensando então na avaliação como um processo, como garantir essa continuidade? Qual o destino que é dado para este documento durante todas as transições, tanto dentro da própria Educação Infantil quanto para o Ensino Fundamental?

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. RCNEI – **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil** - PARECER HOMOLOGADO Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 9/12/2009, Seção 1, Pág. 14– In.: Brasil [file:///C:/Users/Havan/Downloads/pceb020\\_09.pdf](file:///C:/Users/Havan/Downloads/pceb020_09.pdf)

DAVINI, J. **O professor e seus instrumentos metodológicos**. In: FREIRE, M. (et all.) Avaliação e Planejamento: a prática educativa em questão. Instrumentos Metodológicos II. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.

*DIDONET, Vital. A Avaliação na e da Educação Infantil*. Disponível In.: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0CEAQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.mpsp.mp.br%2Fportal%2Fpage%2Fportal%2FEducacao%2FDoutrina%2FAvalia%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520na%2520Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Infantil%2520-%2520Vital%2520Didonet.doc&ei=PojCU-vdB6vKsQT0hYGoDg&usg=AFQjCNEDz6AyIzplK3A4j5nEI7aXBzFT4g&sig2=uFaRON\\_ywqefJECtPAy-Eg&bvm=bv.70810081,d.cWc](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0CEAQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.mpsp.mp.br%2Fportal%2Fpage%2Fportal%2FEducacao%2FDoutrina%2FAvalia%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520na%2520Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Infantil%2520-%2520Vital%2520Didonet.doc&ei=PojCU-vdB6vKsQT0hYGoDg&usg=AFQjCNEDz6AyIzplK3A4j5nEI7aXBzFT4g&sig2=uFaRON_ywqefJECtPAy-Eg&bvm=bv.70810081,d.cWc)

FLORINÓPOLIS- SME. **Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil** / Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. – Florianópolis : Prelo Gráfica & Editora Ltda , 2010. Disponível In.: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12\\_05\\_2010\\_15.24.41.03c7e67bbe979ef30c2efe7d1db1468a.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_05_2010_15.24.41.03c7e67bbe979ef30c2efe7d1db1468a.pdf)

FLORIANÓPOLIS-SME. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: Estratégia de ação pedagógica**. Florianópolis: Prelo Gráfica e Editora Ltda 2012. Disponível In.: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26\\_12\\_2012\\_10.15.02.2b522604ceffbdac794799abc0767711.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_12_2012_10.15.02.2b522604ceffbdac794799abc0767711.pdf)

MICARELLO, Hilda. **Avaliação e transições na educação infantil**, ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010

MELLO, Suely Amaral. **Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural**. Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 83-104, jan./jun. 2007 In.: <http://www.perspectiva.ufsc.br>.

PAZ, Senhorinha. J. P. **A avaliação na educação infantil: análise da produção acadêmica brasileira presente nas reuniões anuais da ANPEd entre 1993 e 2003**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.

PEREIRA R. & JOBIM E SOUZA S. **Infância, Conhecimento e Contemporaneidade**. In.: KRAMER & LEITE (orgs) *Infância e Produção Cultural*. São Paulo, Papyrus, 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Políticas de Educação Infantil e Avaliação.** CADERNOS DE PESQUISA. v. 43, n. 148, p. 44-75, jan./abr. 2013. Disponível In.: <http://www.perspectiva.ufsc.br>.